



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes**: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes**: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Calto Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA DE Nº 04 DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Eroniy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, foi constatada a inexistência de número legal para a instalação dos trabalhos, deixando o Senhor Presidente de abrir a presente Sessão, marcando outra Sessão Ordinária, para segunda-feira dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 031, 034, 035, 038, 039 e 040/93;

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/93;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 166, 184, 276/93 e 367/92;

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 040, 295, 421, 437 e 438/93;

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 046/93, e do Projeto de Resolução nº 012/93.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 181/92 e 159, 214, 250, 335, 361, 364, 368, 384, 385, 387, 390, 393, 394, 396, 402, 404, 410, 411/93.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Curitiba, 30 de agosto de 1993.
 Senhor Presidente.

Cumpra ao presente solicitar os valiosos préstimos de Vossa Excelência no sentido de determinar ao setor competente deste Poder Legislativo a publicação no Diário da Assembléia da íntegra do Projeto de Lei nº 267/93, da iniciativa do Tribunal de Justiça deste Estado, que cria o Juizado especial para causas cíveis de menor complexidade e adota outras providências.

Tal solicitação expressa no Regimento Interno do Poder Legislativo não foi cumprida pelo projeto em epígrafe, por razões que não são do nosso conhecimento. Entretanto como o referido projeto se encontra

nesta Comissão de Segurança Pública para receber parecer e nossa disposição é de realizar audiência pública com os diversos segmentos envolvidos com a matéria, a fim de analisar a conveniência da sua aprovação, entendemos como necessária a sua publicidade através do órgão oficial legislativo, ou seja, o Diário da Assembléia.

Outrossim solicito que, após publicação, o Projeto retorne para esta Comissão para os fins supramencionados.

Certo da sua proverbial atenção, antecipo votos de sinceros agradecimentos, renovando protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Deputado ALGACI TÚLIO
 Presidente

Excelentíssimo Senhor
 Deputado ORLANDO PESSUTI
 DD. Presidente do Poder Legislativo
 Neste

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
LEI Nº 267/93

SÚMULA: Cria o Juizado Especial para Causas Cíveis de Menor Complexidade e adota outras providências.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei regulará os Juizados Especiais Cíveis e a conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação.

CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim considerados:

I - as causas cujo valor não excedam a 20 (vinte) vezes o salário mínimo;

II - a ação de despejo para uso próprio;

III - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo;

IV - os pedidos de alvarás judiciais para levantamento de importâncias depositadas em estabelecimentos de crédito de valor não excedente ao fixado no inciso I

deste artigo:

V - as causas de relação de consumo dispostas na Lei n° 8.078/90 desde que não ultrapassem o valor do inciso I, deste artigo.

§ 1° - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

a) dos seus julgados;

b) dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até 20 (vinte) vezes o salário mínimo, observado o disposto no artigo 8°, parágrafo 1°, desta Lei.

§ 2° - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesses da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3° - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4° - É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

SEÇÃO II

DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS ÁRBITROS

Art. 5° - O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 6° - O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 7° - Os conciliadores e os árbitros, são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito e os segundos, entre advogados com mais de 05 (cinco) anos de experiência.

Parágrafo Único - Os árbitros ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

SEÇÃO III

DAS PARTES

Art. 8° - Não poderão ser partes, no processo instituído nesta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil, exceto as partes envolvidas nas causas da Lei n° 8.079/90.

§ 1° - Serão admitidos a propôr ação perante o Juizado as pessoas físicas, a firma individual e a entidade beneficente ou assistencial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2° - O maior de 18 (dezoito) anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9° - As partes comparecerão sempre pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado.

§ 1° - Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer com advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da Lei local.

§ 2° - O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 3° - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

Art. 10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Art. 11 - O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

SEÇÃO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 12 - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 13 - Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no artigo 2° desta Lei.

§ 1° - Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2° - A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

§ 3° - Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.

§ 4º - Após o trânsito em julgado da sentença, os documentos serão devolvidos às partes e a sentença arquivada em livro próprio. Após um (1) ano, os demais que ainda constar do expediente será incinerado.

SEÇÃO V DO PEDIDO

Art. 14 - O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º - Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível.

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes.

II - os fatos e fundamentos, de forma sucinta.

III - o objeto e seu valor.

§ 2º - É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º - O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de ficha ou formulários impressos.

Art. 15 - Os pedidos mencionados no artigo 3º desta Lei poderão ser alternativos ou cumulados, nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapassar o limite fixado naquele dispositivo.

Art. 16 - Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 17 - Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Parágrafo Único - Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

SEÇÃO VI DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

Art. 18 - A citação far-se-á:

I - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

II - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado de recepção, que será obrigatoriamente identificado;

III - sendo necessário, por oficial de justiça.

§ 1º - A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento de plano.

§ 2º - Não se fará citação por edital.

§ 3º - O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.

Art. 19 - As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.

§ 1º - Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.

§ 2º - As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo rebutando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

SEÇÃO VII DA REVELIA

Art. 20 - Não comparecendo o demandado às audiências, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

SEÇÃO VIII DA CONCILIAÇÃO E DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 21 - Aberta a sessão, o Juiz, o árbitro ou o conciliador, esclarecerá às partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio especialmente quanto ao disposto no § 3º, do art. 3º desta Lei.

Art. 22 - Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz, mediante sentença com eficácia de título executivo.

Art. 23 - Não comparecendo o demandado, o Juiz proferirá sentença.

Art. 24 - Não obtida a conciliação as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral.

Parágrafo Único - O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro, pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz fará sua convocação e designará, de imediato a data para a audiência de instrução.

Art. 25 - O árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do Juiz, na forma dos artigos 5º e 6º desta Lei, podendo decidir por equidade.

Art. 26 - Ao término da instrução, ou nos 05 (cinco) dias subseqüentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz para homologação por sentença irrecorrível.

SEÇÃO IX DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 27 - Não instituído o Juízo Arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

§ 1º - Não sendo possível a realização imediata, será a audiência designada para um dos 10 (dez) dias subseqüentes, cientes desde logo as partes e testemunhas eventualmente presentes.

§ 2º - Em sendo a matéria exclusivamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir provas em audiência, inexistindo a conciliação e não optando as partes pelo arbitramento, o árbitro instará o réu para apresentar a sua defesa de imediato ou no prazo de dez dias, após o que os autos irão conclusos para o Juiz para a sentença.

Art. 28 - Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença.

§ 1º - Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

§ 2º - Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

Art. 29 - O disposto neste Capítulo aplica-se também quando se tratar de credor munido de título executivo extrajudicial.

§ 1º - Obtida a conciliação entre as partes, será proferida a sentença homologatória prevista no parágrafo único, do artigo 22, desta Lei.

§ 2º - Não comparecendo o devedor, será proferida a sentença prevista no artigo 23, desta Lei.

§ 3º - A sentença valerá como título executivo judicial.

SEÇÃO X DA RESPOSTA DO RÉU

Art. 30 - A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda a matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

Art. 31 - Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Parágrafo Único - O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação de nova data, que será desde logo fixada, cientes todos os presentes.

SEÇÃO XI DAS PROVAS

Art. 32 - Todos os meios de provas moralmente legítimos, ainda que não espe-

cificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

Art. 33 - Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Parágrafo Único - A instrução poderá ser dirigida por Árbitro, sob a supervisão do Juiz Supervisor.

Art. 34 - As testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento, levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou median- te esta, se assim for requerido.

§ 1º - O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo 5 (cinco) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 2º - Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso de força pública.

Art. 35 - Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

Parágrafo Único - No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente verificado.

Art. 36 - A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial os informes trazidos nos depoimentos.

SEÇÃO XII DA SENTENÇA

Art. 37 - A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência.

Parágrafo Único - Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

Art. 38 - É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei.

SEÇÃO XIII DOS RECURSOS

Art. 39 - Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º - O recurso será julgado por turma composta por 03 (três) Juizes, em exercício no primeiro grau de Jurisdição, reu-

nidos na sede do Juizado.

§ 2º - No recurso o recorrente será obrigatoriamente representado por advogado.

Art. 40 - O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 1º - O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.

§ 2º - Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias.

Artigo 41 - O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

Artigo 42 - As partes poderão requerer à transcrição da gravação da fita magnética a que alude o parágrafo 3º do artigo 13 desta Lei, correndo por conta do requerente as despesas respectivas.

Artigo 43 - As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento, pela imprensa.

Artigo 44 - O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva.

Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

SEÇÃO XIV

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Artigo 45 - Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

Parágrafo Único - Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Artigo 46 - Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência da decisão.

Artigo 47 - Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.

SEÇÃO XV

DA EXECUÇÃO

Artigo 48 - A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código do Processo Civil, com as seguintes alterações:

a), as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão nos índices fixados pelo Governo Federal;

b) os cálculos de conversão de indi-

ces, honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados pelo contador;

c) a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que foi proferida, e nessa intimação o vencido será instado a cumpri-la tão logo ocorra o trânsito em julgado e advertido dos efeitos do descumprimento.

d) não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á, de logo, à execução, dispensada nova citação;

e) nos casos de obrigação de entregar, de fazer, ou de não fazer, o Juiz, na sentença ou na fase de execução, cominará multa diária, arbitrada de acordo com as condições econômicas do devedor, para a hipótese de inadimplemento.

Não cumprida a obrigação, o credor poderá requerer a elevação da multa ou a transformação da condenação em perdas e danos, que o Juiz de imediato arbitrará, seguindo-se a execução por quantia certa, incluída a multa vencida até ali.

O Juiz também imporá multa para a execução de obrigação de dar, quando evidenciada a malícia do devedor na execução do julgado;

f) na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixando o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária;

g) o devedor poderá oferecer defesa, no prazo de cinco (05) dias contados da intimação da penhora, nos autos de execução, versando sobre:

I - falta ou nulidade da citação no processo, se lhe correu à revelia;

II - manifesto excesso de execução;

III - erro de cálculo;

IV - causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação superveniente à sentença;

h) é dispensada a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor;

i) na alienação forçada dos bens, o Juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Se o pagamento não for à vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem imóvel, ou hipotecado o imóvel.

Artigo 49 - A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até vinte (20) salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta lei.

Parágrafo 1º - Efetuada a penhora, o devedor será intimado para comparecer à audiência de conciliação quando poderá

oferecer defesa, por escrito ou verbalmente (artigo 5º, i).

Parágrafo 2º - Na audiência, será buscado o meio mais eficaz e rápido para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestações, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

Parágrafo 3º - Não apresentada ou julgada improcedente a defesa, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz uma das alternativas do parágrafo anterior.

Parágrafo 4º - Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

Artigo 50 - Das decisões proferidas nos casos dos artigos anteriores, exceto as de homologatória de conciliação, caberá recursos de apelação à turma de recursos, a que trata a Lei Estadual.

Artigo 51 - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em resolução, ditará normas do Regimento Interno dos Juizados Especiais.

Artigo 52 - O valor das causas a serem atendidas em cada Juizado será estabelecido pelo respectivo Juiz Supervisor, respeitando o teto até vinte (20) salários mínimos, previsto no inciso I do artigo 3º desta Lei.

Artigo 53 - Os serviços de cartório poderão ser prestados e as audiências realizadas fora da sede do Juizado, em bairros ou cidades circunvizinhas, ocupando instalações do Foro ou de outros prédios públicos.

Artigo 54 - Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído nesta Lei.

Artigo 55 - Esta Lei entrará em vigor trinta (30) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUIZADO CÍVEL DE PEQUENAS CAUSAS JUSTIFICATIVA:

Dispensando o mesmo tratamento dado pela legislação federal aos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis (Lei nº 7.244, de 07 de novembro de 1984), a Lei Estadual nº 8.280, de 24 de janeiro de 1986, no entanto, não teve o alcance e o

disciplinamento necessário para dotar o Estado do Paraná de normas adequadas, daí a razão da elaboração do presente projeto, que em essência guarda harmonia com a lei federal e com o projeto em tramitação no Congresso Nacional, objetivando, assim, cumprir o disposto no artigo 98, I, da Constituição Federal e no artigo 109, da Carta Estadual.

Referido projeto centrou-se de modo especial, no alargamento da competência, cabendo salientar as suas principais inovações:

1 - O procedimento executório de suas sentenças no próprio Juizado e dos títulos executivos extrajudiciais até o valor estabelecido, possibilitando ao vencedor buscar o seu crédito que antes lhe foi assegurado com gratuidade e presteza, evitando que continue a enfrentar despesas, delongas e dificuldades da Justiça Comum.

2 - A solução dos litígios de consumo previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), em atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso IV, não obstante estejam tais questões de certo modo já regulados no artigo 3º, II e III, da Lei nº 7.244/84.

3 - As ações de despejo que tenham por fundamento o uso próprio, excluindo-se os demais motivos por que podem acarretar um enorme contingente de reclamações em prejuízo da celeridade e presteza.

A recente Lei do Inquilinato (8.245, de 18 de outubro de 1991), que passou a vigorar a partir do dia 20 de dezembro de 1991, remete aos Juizados as ações de despejo (artigo 80).

4 - Os alvarás autorizatórios para o levantamento de depósitos em estabelecimentos de créditos no limite estabelecido, de relevante alcance social e como novidade a nível nacional, diante da necessidade e urgência das referidas verbas que a população enfrenta para o custeio de despesas com alimentação, educação, saúde e até mesmo com o funeral do "de cujus", em face do óbito do titular da conta, minorará o seu sofrimento até que obtenha o benefício previdenciário.

A singeleza de tais pedidos não se justifica frente os excessivos formalismos da Justiça Comum.